

Ao Sr. Pregoeiro,

Distribuidora Plamax Eireli, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Rua Luiz Altemburg Sênior, nº 635, Bairro Escola Agrícola, em Blumenau/SC, CEP 89031-300, inscrita no CNPJ sob nº 07.918.483/0001-57 vem, respeitosamente, perante V. Sa, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021** da lei federal n.º 10520/2002 - e artigo 18 do Decreto Federal n.º 5450/2005, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

I - TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública eletrônica está prevista para **23/03/2021**, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 02 (dois) dias úteis previsto no artigo 41, §2.º da lei 8666/1993 e artigo 18 do Decreto Federal nº 5450/2005.

II – DA IMPUGNAÇÃO

Sem embargo, infelizmente, o edital em apreço tece exigências excessivamente restritivas que se opõe a legalidade e aos princípios informadores da licitação pública, que impedem que a disputa seja ampla, assim, solicita-se a avaliação e a compreensão desta Douta Comissão de Licitação.

Com efeito, o problema havido no presente edital concentra-se na exigência de entrega do material no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do recebimento da nota de empenho.

A empresa IMPUGNANTE tem sua sede localizada em Blumenau/SC, sendo que o prazo estipulado de 05 (cinco) dias é reconhecidamente insuficiente para o procedimento.

A exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo após o recebimento da autorização de fornecimento/ nota de empenho é irregular, uma vez que tal medida restringe o universo dos licitantes, privilegiando apenas os comerciantes locais.

Na fixação do prazo de entrega do produto deve-se levar em consideração a questão da localização geográfica do órgão licitante, de forma a permitir que o maior número de interessados tenha condições de participar da licitação. Deve-se observar, ainda, o tempo que o licitante vencedor disporá entre o recebimento da ordem de compra/empenho e a efetiva

entrega dos materiais, considerando o seguinte sistema operacional: separação dos produtos licitados, carregamento e deslocamento da sede da empresa até o Município.

Ademais, não se mostra razoável que a Administração, a quem compete o exercício de suas obrigações pautado em mínimo planejamento, submeta empresas com quem contrata a súbitas necessidades, colocando-as em eterno estado de prontidão para atender a demandas em prazo demasiado exíguo.

A exigência retratada no presente Edital sem a menor dúvida, afronta a competitividade e a razoabilidade, sendo contrária, portanto, aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

É fato que o prazo de **05 (cinco) dias** e da Licitante CONTRATADA para a CONTRATANTE é inexecutável.

Desta forma, é costumeiro em licitações, por ser tempo justo, razoável, e que não prejudica a concorrência o prazo de 30 (trinta) dias para entrega dos materiais (prazo considerado como de entrega imediata). O prazo de 15 (quinze) dias corridos, já é considerado prazo emergencial e que deve ser justificado pelos Órgãos Públicos.

Notório que o principal objetivo dos procedimentos licitatórios é a prevalência do interesse público. Assim o administrador deve buscar obter produtos de qualidade, pelo menor preço possível e conceder prazo razoável que permita um planejamento por parte da Administração de forma a nunca ocorrer a falta do material.

No caso em tela, o prazo concedido para entrega dos materiais é exíguo e seu cumprimento inexecutável. Pois há de ser considerado ao menos o tempo de logística.

O prazo do edital para a entrega da mercadoria quando desproporcional, resulta em diminuição da concorrência, visto que apenas os fornecedores localizados em extrema proximidade com o local de entrega podem participar, uma vez que os prazos de entregas muito curtos importam em considerável aumento no custo de transporte.

Deve se considerar ainda, que os licitantes têm de embutir no preço dos seus produtos os riscos decorrentes da aplicação de eventuais multas por atraso na entrega, visto que o prazo muito curto não permite que seja realizado o despacho com o devido cuidado, nem a ocorrência de eventualidades como interrupções nas estradas, etc.

Nesse passo conclui-se que há ilegalidade e restrição de **05 (cinco) dias**, trazendo como consequência prejuízo a Administração, devido à diminuição da competitividade, dificultando ao Poder Pública a oportunidade de comprar melhor.

Como sabido, os procedimentos licitatórios têm por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

Firme neste norte a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da novel Carta Magna.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do interesse público.

Por ser prerrogativa da Administração sempre que necessário exercer seu poder de autotutela, podendo rever e reformar seus atos, com base nos princípios legais que regem a Administração Pública, verifica-se a necessidade de serem realizadas adequações ao Edital, a fim de garantir o Princípio da Legalidade, Eficiência, Razoabilidade, Proporcionalidade e Segurança Jurídica, visando resguardar os interesses da Administração Pública.

REQUERIMENTO:

Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a **correção necessária** do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Especialmente, é a presente **solicitação de Impugnação com modificação 05 (cinco) dias** para 30 (trinta) dias, visando o atendimento ao princípio da razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e isonomia, sendo que a referida mudança baseia-se na ampliação do caráter competitivo da referida licitação. Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção desta Comissão de Licitação, para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, **SUSPENDENDO** o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente.

Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,

Blumenau, 16 de MARÇO 2021.



Emerson Luis Koch
Distribuidora Plamax Eireli
CNPJ sob o nº 07.918.483/0001-57

Assunto: Impugnação - prazo de entrega - UASG 987933 - P 13/2021 - DIA 23/03/2021

De: Joana Almeida - Plamax <joana@plamax.com.br>

Data: 16/03/2021 15:33

Para: licitacao@ubirata.pr.gov.br

Grata,

--

Joana Almeida

— Anexos: —

PREF. MUNIC. DE Ubiratã- PR - UASG 987933 - P 132021.pdf

136KB



DESPACHO Nº. 01

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5123/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2021

Como Pregoeira desta municipalidade, apresento decisão acerca da impugnação interpolada ao Pregão Eletrônico nº. 13/2021, cujo objeto refere-se à aquisição de purificadores de água para utilização no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt.

1. DOS ACONTECIMENTOS

No dia 16 de março de 2021, o instrumento convocatório vinculado ao Pregão em epigrafe foi impugnado pela empresa Distribuidora Plamax Eireli.

Na impugnação a empresa requer a ampliação do prazo de entrega dos produtos, de 5 (cinco) dias para 30 (trinta) dias.

2. DA ANÁLISE E DA DECISÃO

Inicialmente, analisei o edital que rege o Pregão Eletrônico nº. 13/2021 e verifiquei que no edital encontra-se categoricamente o prazo de entrega de 10 (dez) dias úteis e não o prazo de entrega de 5 (cinco) dias como exposto pela empresa impugnante.

Segue abaixo, transcrição do edital:

“5.1.2. O prazo para a entrega será de dez dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Compras, encaminhada via e-mail pela Divisão de Compras do Município.”

Deste modo, delibero como infundada a impugnação interposta pela empresa Distribuidora Plamax Eireli. Uma vez, que o prazo indicado por ela, não condiz com o prazo fixado em edital.

No entanto, foi mediante a análise minuciosa do processo em sua integralidade, que constatei incoerência processuais, especificamente na descrição do produto e no prazo de entrega.

Nos orçamentos constantes no processo, cada um apresenta uma descrição distinta do produto e em apenas um dos orçamentos menciona o prazo de entrega do produto, sendo este de 15 (quinze) dias.

Contudo, as informações constantes no termo de referência não se espelham com os orçamentos. Ou seja, a descrição do produto, no termo de referência, abrange única e exclusivamente a descrição de apenas um orçamento, não levando em consideração a descrição e especificações dos outros produtos orçados.

UC



Ainda, nota-se que o prazo de entrega, foi indicado pela secretaria requisitante sem qualquer embasamento. Isto é, não foi levado em consideração o prazo de entrega exposto no orçamento.

Deste modo, nota-se que houve discriminação inadequada e genérica dos itens componentes do orçamento. E ainda, foi utilizado apenas uma única fonte de obtenção dos orçamentos, assim na elaboração de orçamento, durante a fase de planejamento da aquisição dos bens foi obtidos orçamentos apenas de fornecedores, não priorizando os parâmetros previstos no art. 2º, da IN SLTI/MPOG 3/2017.

De todo modo, entendo que os vícios apontados são caracterizados como ilegalidades na fase interno do processo licitatório.

Ao meu juízo, não há permissão legal para a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

Ubatuba-Pr., 18 de março de 2021.


Carla Baena Aguilar Melo
Pregoeira

Assunto: Re: Impugnação - prazo de entrega - UASG 987933 - P 13/2021 - DIA 23/03/2021

De: Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Data: 19/03/2021 14:24

Para: Joana Almeida - Plamax <joana@plamax.com.br>

Boa tarde,

Segue anexo posicionamento acerca da impugnação interposta pela empresa Plamax.

De acordo com os documentos em anexo, o processo licitatório foi anulado.

Em breve, será lançado outro procedimento licitatório livre de vícios.

Fique atenta ao portal da transparência do município, para maiores informações.

Atenciosamente,

Carla Baena
Divisão de Licitações
(44) 3543 8019
Município de Ubatã

—Anexos:—

Despacho - PE 13.pdf

892KB